

TRABALHO E MOVIMENTO FEMINISTA: uma articulação necessária

Belmira Magalhães*
Geice Queila Lima Silva**

Resumo

Considerando o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, discutimos a necessidade de apreendê-lo a partir da unidade produção/reprodução, buscando tecer reflexões acerca dos tipos de formulações e práxis postas pelos movimentos que intentam um combate feminista de caráter emancipatório.

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo e Patriarcalismo.

Abstract

Considering the labor a category that establish the social being, we discuss the necessity of apprehend it whereof the unity production/reproduction, searching for elaborating reflections about the kinds of formulations and praxis posted by the movements that attempt a feminist combat of emancipatory character.

Keywords: Work. Production/Reproduction. Feminist Movement.

1. Trabalho: Gênese do Ser Social

A produção e a reprodução da vida humana têm uma dupla determinação, segundo Marx e Engels¹, e Lukács²: de uma base natural ineliminável e de uma ininterrupta transformação social de sua base; esta, por sua vez, tem como categoria central o trabalho, através do qual o sujeito humano transforma a natureza, fundando o complexo social concreto, o *ser social*, e, dialeticamente, transforma sua própria natureza. O conjunto das relações sociais, a sociabilidade, é, pois, entendido aqui como uma forma de ser, fundada pelo trabalho, que pressupõe o ser da natureza orgânica e o da inorgânica.

O desenvolvimento do ser social ocorre num processo histórico-dialético que

* Professora/pesquisadora do Mestrado em Sociologia e do Doutorado em Letras da UFAL. E-mail: brmagalhães@gmail.com.

** * Socióloga. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: geiceq@gmail.com. Trabalho recebido em 01/07/2011. Trabalho aprovado em 20/03/2012.

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

² LUKÁCS, György. *A Ontologia de Marx: Questões Metodológicas Preliminares*. In: NETTO, José P. (org.). LUKÁCS. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981-a.

se inicia com um salto ontológico, caracterizado pela posição teleológica do trabalho. A essência do salto é a ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento do ser orgânico, ou seja, não é o nascimento de forma imediata ou gradual da nova forma de ser. Assim, a passagem do ser orgânico ao ser social implica um salto ontológico porque se refere à passagem de um nível de ser a outro, algo que se deu através da autoatividade humana, em meio à luta pela existência³.

Somente o trabalho tem como essência ontológica a inter-relação do homem com a natureza, a qual assinala a passagem do ser meramente biológico ao ser social.

Como afirma Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza⁴.

É no e pelo trabalho que o sujeito humano se constitui enquanto tal, modifica o mundo e a si mesmo num constante pôr do novo, criando novas necessidades e possibilidades, complexificando a si próprio e à totalidade social.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, assinalam que o primeiro ato histórico é a produção de novas necessidades⁵, a qual é característica ineliminável da atividade humana, possibilitada pelo ato do trabalho. Este, por sua vez, constitui sempre atividade coletiva, e requer um sistema de comunicação, uma linguagem articulada, que é aprendida e condição para o aprendizado.

Nesse sentido, segundo a perspectiva marxiana, o trabalho comporta as determinações que constituem a essência de tudo o que é novo no ser social, tendo por princípio a transformação de posições teleológicas (momento ideal) em uma nova objetividade, podendo, portanto, ser considerado como protoforma do ser social.

Nas palavras de Marx,

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da

³ LUKÁCS, György. *O Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: mimeo, 1997.

⁴ MARX, K. *Processo de Trabalho e Processo de Valorização*. In: MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 297.

⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 40.

melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente⁶.

Assim, o sujeito humano se diferencia do animal essencialmente porque imprime no real aquilo que projetou idealmente. E isto é desencadeado pelo ato do trabalho, por isso, protoforma do ser social. Os elementos simples de seu processo são “a atividade orientada a um fim (...), seu objeto e seus meios”⁷.

Como afirma Lukács, “o trabalho é um ato de pôr consciente, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de finalidades e meios determinados”⁸. A finalidade torna-se realidade dependendo de que na busca pelos meios se consiga transformar a causalidade natural em causalidade posta. E, para tanto, é preciso o conhecimento adequado da natureza (mediante as limitações de cada momento histórico).

Portanto, a atividade projetada, “teleologicamente direcionada, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito”, origina “o problema dos meios e dos fins, e com ele, o problema das escolhas”⁹. De modo que o ato do trabalho implica: *escolhas* (avaliações diante das alternativas concretas); *distinção e relação primária entre sujeito e objeto* – que, segundo Lukács, é a base para o modo de existência especificamente humano; *conhecimento sobre a natureza e coordenação múltipla necessária ao sujeito* – exigências postas pelos meios e fins¹⁰.

O problema das escolhas implica a relação entre liberdade e necessidade, a qual “já se manifesta no trabalho como unidade indissolivelmente contraditória das decisões teleológicas entre alternativas (...)”. A ligação do “reino da liberdade’ com o ‘reino da necessidade’” mostra como a liberdade do gênero humano é resultado de sua própria atividade¹¹. Aqui se expressa a questão de que os homens são artífices de sua história, contudo, “não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas,

⁶ Ibidem, p. 298.

⁷ Ibidem.

⁸ *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. In: COUTINHO, Carlos N. & NETTO, José P. (Org.) *O Jovem Marx e Outros Escritos de Filosofia* - György Lukács. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 233.

⁹ NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política – Uma Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 32.

¹⁰ NETTO, J. P.; BRAZ. Op. cit., p. 32.

¹¹ LUKÁCS, 2007, p. 240

dadas e transmitidas pelo passado”¹². Pois, cada sociabilidade comporta possibilidades e limitações histórico-sociais particulares.

É fundamental assinalar ainda que o trabalho, como gênese do ser social, é também fundante do modo de ser dos indivíduos, uma vez que

(...) não se trata de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar a vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais da sua produção.¹³

O ser social, portanto, *é atividade*, como discutem Chasin¹⁴ e Tonet¹⁵, não tem nenhuma natureza prévia. Nesse sentido, os únicos pressupostos para a análise da realidade social devem ser, como assinalam Marx e Engels, “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aqueles que eles já encontraram elaboradas quanto aquelas que são o resultado de sua própria ação”¹⁶.

É preciso partir da produção e reprodução da vida humana enquanto tal. Como afirma Lukács, o ponto de partida do materialismo histórico-dialético está contido na célebre assertiva marxiana: “não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, inversamente, é seu ser social que determina a consciência”. De modo que o núcleo do ser social é visto como *devir social*, a sociabilidade aparece como produto da atividade humana e esta como elemento decisivo de sua transformação¹⁷.

2. Produção e reprodução: capitalismo e gênero

Entendemos a relação entre as categorias trabalho e gênero como uma exigência teórico-metodológica, e também política, de dupla necessidade: por um

¹² *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, K. *A Revolução Antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, Coleção Assim Lutam os Povos, 2008, p. 207.

¹³ MARX; ENGELS, 1993, p. 28.

¹⁴ Ver: CHASIN, J. *Superação do Liberalismo*. Maceió, 1988, mimeo.

¹⁵ Ver: TONET, I. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

¹⁶ MARX; ENGELS, 1993, p. 26

¹⁷ *Marxismo Ortodoxo*. In: NETTO, José P. (Org.). LUKÁCS. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981-b, p. 80.

lado, reafirmar o trabalho enquanto categoria fundante das relações sociais – categoria sem a qual não é possível explicar a socialidade e suas diferentes formações –; já a categoria gênero busca outras variáveis explicativas relacionadas à determinante, para melhor compreensão da totalidade social. Por outro lado, ao entender as relações de gênero a partir do determinante de classes, identificamos a necessidade de discutir novas formas de combater as opressões em geral e, em particular, a subjugação feminina, a partir de uma análise mais precisa da radicalidade da classe nessa problemática. Classe e gênero são categorias inseparáveis, porque imbricadas efetivamente no real, numa relação com regência no âmbito do trabalho. Assim, discutimos o patriarcalismo como um fenômeno das sociedades divididas em classes sociais, atualizado historicamente a cada modo de produção fundado na divisão social do trabalho. O patriarcalismo é, pois, uma necessidade da própria lógica do capital. A perspectiva aqui defendida é de que a desigualdade nas relações de gênero é regida e determinada pelas relações de classe, pelo antagonismo *capital x trabalho*, na sociedade moderna.

Todos os resultados de pesquisas divulgadas ultimamente pela mídia têm enfatizado a permanência da desigualdade de gênero na área do trabalho. Como explicar a permanência da discriminação de gênero, baseada ainda na ideologia patriarcal, quando tantas outras conquistas foram alcançadas pela luta das mulheres desde os anos sessenta do século passado? O que a realidade apresenta é que tanto os estudos de gênero na academia como o aumento do número de movimentos que lutam por causas específicas das mulheres e, também os sindicatos, não conseguiram eliminar o alcance da ideologia patriarcal na área do trabalho. A ideologia patriarcal (como qualquer outra forma ideológica) se consubstancia na práxis cotidiana como forma de enfrentamento dos problemas sociais, como afirma Lukács:

A ideologia é acima de tudo aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa. [...] ela nasce direta e necessariamente do *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente na sociedade¹⁸.

E, considerando ainda que a partir de Marx as formas de ideologia dominante

¹⁸ *Ideologia II*. Tradução de Maria Angélica Borges com a colaboração de Silvia Salvi, São Paulo: mimeo, s/d, parte II.

estão a serviço da classe dominante no embate da luta entre as classes, precisamos buscar a explicação para a manutenção da discriminação feminina dentro da lógica da sociedade capitalista contemporânea.

Partindo dos pressupostos, já apresentados acima, de que o fundante de qualquer sociabilidade é a forma pela qual os seres sociais viabilizam a atividade vital básica (o trabalho) e sabendo que na sociedade capitalista essa forma é a exploração do trabalho, através da extração da mais-valia, e que para que haja produção nesse sistema há necessidade de todo um aparato jurídico, político e ideológico efetivando as tarefas necessárias à lógica de exploração, indagamos como funciona a ideologia patriarcal.

Nesse sentido, as fases produção e reprodução social não podem ser entendidas separadamente. Como diz Tertulian:

O determinismo unívoco que absolutiza o poder do fator econômico, tirando a eficácia dos outros complexos da vida social, é condenado com rigor não inferior àquele usado para a interpretação teleológica, que, por sua parte, fetichiza a necessidade ao considerar toda formação social ou toda ação histórica como um passo no caminho para a realização de um fim imanente ou transcendente.¹⁹

Nas sociedades modernas há necessidades da formação de capitalistas e trabalhadores, as duas classes que fundamentam o modo de produção capitalista a totalidade contraditória desse sistema. Parafraseando Marx na *Ideologia Alemã*: há necessidade de um capital acumulado sob propriedade de alguns e um contingente de pessoas à procura de sobrevivência. Do ponto de vista do custo do trabalho para o capitalista, há necessidade de entendimento de que a remuneração do trabalho (salário) pelas horas de atividade (força de trabalho) tem de ser suficiente para manter o trabalhador e o futuro trabalhador²⁰, também em todas as horas, fora do período de sua atividade laboral²¹. Para que essa lógica seja mantida, há necessidade de buscar nas relações sociais desse sistema as formas empregadas pelos capitalistas de barateamento desse custo.

Aqui está o lugar e o sentido da permanência da lógica patriarcal no mundo

¹⁹ TERTULIAN, N. *Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács*. Tradução: Ivo Tonet. 1999. p. 60.

²⁰ Não estamos nos referindo a nenhuma situação concreta que faz variar o custo do trabalho.

²¹ Custo social do trabalho.

contemporâneo. Por esse motivo há tipos de teorias que apenas tangenciam o funcionamento do modo de produção capitalista e procuram entender a discriminação feminina a partir de uma lógica de poder separada da lógica econômica, as quais dominam as academias e são grandemente subsidiadas pelo Estado, pois deslocam o foco fundante da discriminação, fazendo das relações cotidianas entre homens e mulheres ou da busca de leis que melhorem a situação feminina, o cerne das discussões e ações.

Como vem sendo enfatizado há décadas, a forma de realização na práxis cotidiana da discriminação feminina através da ideologia patriarcal está em naturalizar a função da maternidade, transformando as mulheres em mães e criando um processo metonímico de inculcação ideológica inconsciente, em que todos os seres sociais acabam por perceber as mulheres apenas como mães.

Por isso, o discurso tem de ser dúbio, pois deve ser um discurso que enaltece a liberdade, o trabalho, a escolarização feminina e, ao mesmo tempo, crie um efeito discursivo que não deixe as mulheres esquecerem que seu lugar primordial é a casa, que seu espaço fundante é o da família, pois, como vimos, é dessa forma que as relações de produção ainda estabelecem as relações entre os sexos na sociedade contemporânea²².

Essa práxis ideológica se realiza desde o nascimento das crianças diferenciando o lugar social de homens e mulheres. Embora, a partir dos movimentos feministas dos anos 60 do século vinte, tenha sido desvelado esse funcionamento ideológico, ele continua a produzir o efeito desejado, pois o máximo alcançado pela ideologia feminista foi o de agregar novas funções para as mulheres, mas não o de eliminar o processo de naturalização da maternidade. As mulheres continuam sendo as responsáveis pelo desenvolvimento das atividades domésticas e pela educação dos filhos, cabendo aos homens quando muito uma ajuda, na maioria das vezes, não significativa.²³

3. A realidade e o movimento feminista

²² *Trabalho, Gênero e Educação*. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna (org.). *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: Edufal, 2005, p. 42.

²³ Pesquisa realizadas em países desenvolvidos têm verificado que o tempo de trabalho dedicado pelas mulheres às atividades domésticas é mais do dobro do tempo dos homens, quando esses participaram dessas atividades.

A mudança de foco de luta na ênfase sobre desigualdade para a ênfase na diferença empreendida pelos estudos de gênero é a expressão da impossibilidade de ultrapassagem da discriminação feminina na atual lógica de produção. Na prática, o entendimento das questões de gênero e sua intrínseca relação com a produção capitalista é vista hoje pela maioria dos estudos como um dado *a ser considerado* e não como *fundante* da lógica de produção e reprodução do sistema de exploração capitalista. Os movimentos sociais e os sindicatos e centrais de trabalhadores continuam se comportando nas suas práticas políticas como se essas questões fossem “coisas de mulheres”, e não incorporam as lutas femininas, principalmente em relação às solicitações por melhorias como creches, refeitório, escola etc. como uma luta dos trabalhadores contra o capital.

Do ponto de vista dos movimentos feministas a justificativa é que existem problemas específicos para serem tratados e os problemas trabalhistas seriam resolvidos pelos sindicatos; quando se trata dos sindicatos e centrais, há uma incompreensão do problema. Na verdade, falta a ambos a compreensão do imbricamento dessas questões à lógica própria de uma sociedade de classes contemporânea.

Como percebemos nas análises, cada sociabilidade precisa de individualidades condizentes com sua processualidade e irá gestar as mesmas. A conclusão é que ainda faz sentido para o modo de produção capitalista manter a individualidade da mulher sob a submissão masculina. Lógico que agora o discurso é outro; o que se percebe é um discurso esquizofrênico em relação a homens e mulheres. Dizem aos indivíduos que eles podem tudo, basta querer. Para as mulheres dizem que elas já se emanciparam e são senhoras de suas próprias vidas e, paralelamente, afirmam ser necessário manter-se sempre jovem, fazendo plástica, estando sempre bonita, porque senão não será escolhida por ninguém, ou, quem sabe, trocada por outra em melhor “estado de conservação”.

Por um lado, os discursos apregoam “vão para rua, vão ocupar o lugar a que têm direito”. Por outro, afirmam que a mãe que não amamenta está prejudicando seu filho, logo, não é boa mãe. Como amamentar, durante o tempo que a medicina estipulou como necessário, se as horas de atividade e de deslocamento para o trabalho ocupam grande parte do dia? O que fica dessa dupla mensagem? O sentimento de culpa, por não estar fazendo aquilo que é vital para o filho. O discurso

é dúbio o tempo todo, porque dúbio a situação. A ideologia chama a mulher para o mercado de trabalho porque a mão de obra é mais barata, menos reivindicativa, mas não pode deixar de frisar que o lugar primordial ainda é a manutenção da reprodução do tipo de família e de indivíduos que respondem à produção.

É necessário que a problemática da opressão da mulher pelo homem seja compreendida como parte da sustentação da lógica do capital, pois, ao fim e ao cabo, é esta opressão que garante parte fundamental de sua manutenção (a reprodução da força de trabalho). A luta pela liberdade feminina não é uma “questão de gênero”, é uma luta de classe, implica a luta pela liberdade humana.

A separação ou a incompreensão de como classe e gênero se articulam (produção e reprodução) incorre em práxis que reproduz a lógica da sociabilidade burguesa. Isso acaba por acontecer mesmo entre aqueles que têm o desígnio de combater o problema. As “políticas para mulheres”, recorrentes nas organizações da classe trabalhadora, quando da criação de espaços próprios para tratar da questão, tal como secretarias, seções etc., são, por vezes, recursos forjados como um fim em si mesmo. Tais políticas (luta por creches, lavanderias e restaurantes públicos, salário igual, licença maternidade etc.) constituem questões do âmago da classe trabalhadora e caminham junto com seu problema mais profundo, que é a exploração.

Nossa preocupação é que tais espaços criados em separado, como formas de recurso para as mulheres se defenderem da ideologia patriarcal presente na própria classe, sejam concebidos como recurso orgânico da classe, ou seja, como algo resistente às conjunturas, e não como algo temporário, que depende da politização das categorias, das suas experiências de luta. Em nosso entender, devem ser concebidos como instrumentos que já deveriam ter sido superados pela classe, haja vista o avanço das experiências históricas, mediante as lutas das mulheres por seu reconhecimento enquanto integrantes da classe, e posteriormente, integrando as lutas gerais, alcançando importantes participações nos processos revolucionários do século XX.

Embora a ideologia patriarcal e o capitalismo sejam facetas de um só sistema, e com o advento do neoliberalismo estejamos vivendo um enorme refluxo das lutas em geral, bem como um recuo na concepção classista de feminismo, entendemos que as vanguardas da classe têm a obrigação histórica não apenas de ler corretamente o programa da classe, mas de colocar a necessidade da ofensiva socialista na ordem do

dia. Isso inclui uma práxis que conceba as reivindicações ditas “das mulheres” como, na verdade, pautas do cotidiano das discussões e lutas da classe, rompendo com a concepção fragmentária dos “grupos de identidade”, que em última instância é influência ideológica burguesa. A emancipação da mulher é uma luta contra a desigualdade, e não contra a “diferença”, tarefa, portanto, da luta por emancipação humana.

Referências

CHASIN, José. *Superação do Liberalismo*. Maceió, 1988, mimeo.

LUKÁCS, György. *A Ontologia de Marx: Questões Metodológicas Preliminares*. In: NETTO, José P. (Org.). LUKÁCS. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981-a.

_____. *Marxismo Ortodoxo*. In: NETTO, José P. (Org.). LUKÁCS. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981-b.

_____. *O Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: mimeo, 1997.

_____. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. In: COUTINHO, Carlos N. & NETTO, José P. (Org.) *O Jovem Marx e Outros Escritos de Filosofia - György Lukács*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. *Ideologia II*. Tradução de Maria Angélica Borges com a colaboração de Silvia Salvi, São Paulo: mimeo, s/d.

MAGALHÃES, Belmira. *Uma análise da representação de gênero na literatura brasileira contemporânea*. In: Revista EXU n.35. Fundação Casa Jorge Amado. Abril/Junho, 1997, p. 28-33.

_____. *Trabalho, Gênero e Educação*. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna (org.). *Trabalho, Educação e Formação Humana*. Maceió: Edufal, 2005.

_____. *As Marcas do corpo contando a História*. Maceió: Edufal, 2005.

MARX, Karl. *Processo de Trabalho e Processo de Valorização*. In: _____. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: _____. *A Revolução Antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, Coleção Assim Lutam os Povos, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política – Uma Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

TERTULIAN, N. *Uma apresentação à Ontologia do Ser Social, de Lukács*.

Tradução: Ivo

Tonet. 1999. Disponível em:

http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3_Tertulian.pdf

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.